

PRAÇAS COMO ESPAÇOS PÚBLICOS RELEVANTES: ASPECTOS PERTINENTES AO PROJETO

PLAZAS COMO ESPACIOS PÚBLICOS RELEVANTES: ASPECTOS PERTINENTES AL PROYECTO

SQUARES AS RELEVANT PUBLIC SPACES: ASPECTS PERTINENT TO THE PROJECT

PIPPI, LUIS GUILHERME AITA

Ph.D. em Philosophy– Design (College of Design, NC State University, Raleigh, USA), Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP) da UFSM, guiamy@hotmail.com

LAUTERT, ALICE RODRIGUES

Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, PPGAUP-UFSM, alicelautert@gmail.com

RESUMO

Praças são espaços livres públicos muito comuns e frequentados nas cidades em geral. As praças podem ser utilizadas de diversas formas, tanto para realização de atividades culturais, manifestações artísticas e políticas, comércio, descanso, lazer e recreação, entre outros. Elas se caracterizam como um importante espaço de reunião e ponto de encontro na cidade, sendo sua maior função a de caráter social. O arquiteto, urbanista e paisagista possui o desafio de trabalhar com praças e seu entorno, a fim de proporcionar melhorias nesse espaço público, de modo a influenciar positivamente a qualidade de vida e a relação dos usuários com a cidade. Esse artigo aborda alguns conceitos que fornecem importantes diretrizes para projetos referentes ao espaço livre público, focando nas praças. São apresentados estudos realizados por profissionais da área, como Jane Jacobs, William Whyte e Jan Gehl, que, ao longo dos anos, trazem importantes contribuições para a área do planejamento urbano. É retratado também um estudo de caso da revitalização do Largo São Francisco, no centro de São Paulo, através de um projeto-piloto que aplicou tais ideias na sua realização. Percebe-se que esses aspectos abordados se mostram pertinentes ao exercício de projetar, a fim de qualificar e fortalecer as novas praças como espaços livres públicos relevantes nas cidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: praça; espaço público; planejamento urbano.

RESUMEN

Las plazas son espacios libres públicos muy comunes y frecuentados en las ciudades en general. Las plazas pueden ser utilizadas de diversas formas, tanto para la realización de actividades culturales, manifestaciones artísticas y políticas, comercio, descanso, ocio y recreación, entre otros. Ellas se caracterizan como un importante espacio de reunión y punto de encuentro en la ciudad, siendo su mayor función la de carácter social. El arquitecto, urbanista y paisajista tiene el desafío de trabajar con plazas y su entorno, a fin de proporcionar mejoras en ese espacio público, de modo a influenciar positivamente la calidad de vida y la relación de los usuarios con la ciudad. Este artículo aborda algunos conceptos que proporcionan importantes directrices para proyectos referentes al espacio libre público, enfocándose en las plazas. Se presentan estudios realizados por profesionales del área, como Jane Jacobs, William Whyte y Jan Gehl, que a lo largo de los años traen importantes contribuciones al área de planificación urbana. Se retrata también un estudio de caso de la revitalización del Largo São Francisco, en el centro de São Paulo, a través de un proyecto piloto que aplicó tales ideas en su realización. Se percibe que estos aspectos abordados se muestran pertinentes al ejercicio de proyectar, a fin de calificar y fortalecer las nuevas plazas como espacios libres públicos relevantes en las ciudades brasileñas.

PALABRAS CLAVES: plaza; espacio público; planificación urbana.

ABSTRACT

Squares are very common public spaces frequented in cities in general. The squares can be used in various ways, both for cultural activities, artistic and political manifestations, trade, rest, leisure and recreation, among others. They are characterized as an important meeting space and meeting point in the city, its main function being social. The architect, urban planner and landscaper have the challenge of working with squares and their surroundings, in order to provide improvements in this public space, to positively influence the quality of life and the relationship of users with the city. This article approaches some concepts that provide important guidelines for public space projects, focusing on the squares. Studies are presented by professionals such as Jane Jacobs, William Whyte and Jan Gehl, who over the years have made important contributions to the area of urban planning. A case study of the revitalization of Largo São Francisco, in the center of São Paulo, is also presented, through a pilot project that applied such ideas in its realization. It can be seen that these aspects are relevant to the design exercise, in order to qualify and strengthen the new squares as relevant public spaces in Brazilian cities.

KEYWORDS: square; public place; urban planning.

1 INTRODUÇÃO

O tema “praça” é abrangente, pois envolve a responsabilidade de trabalhar com uma área democrática e que inclui princípios de cidadania para promover a boa convivência entre pessoas que não se conhecem. A palavra vem do latim *platea*, que significa “rua larga, local para reuniões públicas”. Autores têm definido “praça” de diversas maneiras:

- “Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.” (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 17).
- “Simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano.” (ALEX, 2008, p. 23).
- “Enquanto a rua sinaliza movimento – ‘por favor, siga em frente’ –, psicologicamente a praça sinaliza a permanência. Enquanto o espaço de movimento diz ‘vá, vá, vá’, a praça diz ‘pare e veja o que acontece aqui’. (...) Os componentes básicos da arquitetura urbana são o espaço de movimento, a rua, e o espaço de experiência, a praça.” (GEHL, 2013, p. 38).

O espaço de permanência da praça tem como precursor a *ágora*. Segundo Robba e Macedo (2002), a *ágora* grega era um espaço aberto, geralmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local específico para discussão e debate entre os cidadãos. Sua função foi sendo modificada e adaptada à realidade de cada local, sendo possível hoje encontrar diversas tipologias, como as *piazze* italianas, as *places royales* francesas, as *plazas mayores* espanholas e as *squares* inglesas (Ibid., p. 15). Essa realidade europeia, geralmente ambientes de praça seca, totalmente pavimentada, foi trazida ao Brasil com a colonização, porém, as praças brasileiras foram se desenvolvendo de maneira diferente. No contexto brasileiro, as praças estão relacionadas a espaços verdes, ajardinados e arborizados, mais coerentes com o clima tropical vigente.

Apesar dessa diferenciação, a praça no Brasil possui o mesmo caráter social de reunião de pessoas. A praça se destaca como um dos espaços livres mais encontrados em grandes, médias e pequenas cidades do país. A Lei nº 6766/79 (BRASIL, 1979) institui que em novos loteamentos urbanos devem existir espaços livres públicos, como praças e parques. Além das praças existentes, novos projetos estão surgindo, requerendo do profissional arquiteto e urbanista conhecimento específico para tratar desses espaços tão relevantes para o convívio nas cidades brasileiras.

O desafio de trabalhar em praças e seu entorno reflete a complexidade de envolver os cidadãos em um pensamento de bem comum, de ocupar o mesmo local que os demais, mantendo a ordem e o respeito. Por isso, é necessário que certos aspectos sejam estudados e trazidos à tona no momento de projetar não somente praças, mas os espaços públicos em geral. Esse artigo tem como objetivo abordar alguns dos tópicos teóricos que fornecem importantes diretrizes para o exercício de projetar esses ambientes, focando nas praças. Outras ideias poderiam ser retratadas adicionalmente, porém, foram destacados apenas quatro aspectos que visam fornecer embasamento para o projeto, a fim de qualificar e fortalecer as novas praças como espaços livres públicos relevantes nas cidades brasileiras. É ilustrado também um estudo de caso de revitalização de uma praça no centro de São Paulo (Largo São Francisco), onde foram aplicadas metodologias específicas de análise prévia, a partir de um processo participativo com a população. Na sequência, foram propostas diretrizes condizentes com o contexto da área, para então requalificar o espaço e fortalecer o caráter social de reunião de pessoas da praça em questão.

2 ASPECTOS QUE AUXILIAM AO PROJETAR PRAÇAS COMO ESPAÇOS PÚBLICOS RELEVANTES

As cidades são compostas pelos espaços públicos e privados, cada um com funções e características distintas. Nos espaços privados, o domínio e o controle são claramente estabelecidos por limites definidos (SCHLEE et al., 2009) e o acesso não é livre a todo e qualquer indivíduo. Quanto à esfera pública, “no plural, o termo ‘espaços públicos’ compreende os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques” (CASTRO, 2013). Pelo termo “público”, é deduzido que tais locais “são abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas” (ALEX, 2008, p. 19), indicando que esse é o lugar mais provável em que as pessoas que vivem separadamente em seus espaços privados vão se encontrar umas com as outras. Aliás, a expressão “espaço público” está diretamente ligada a “encontro”, conforme destaca Santoro:

É preciso produzir espaços públicos, com tudo o que possa haver de público nisso. Não se quer apenas que sejam acessíveis fisicamente, mas que sejam lugares de encontro, de tolerância, de mistura de raças, credos, rendas, agradáveis, seguros, de fruição e,

principalmente, um lugar onde a cidadania possa se manifestar, onde o exercício da pólis possa acontecer. É isso que faz a cidade ser cidade: o encontro (SANTORO, 2013).

Os espaços públicos, então, traduzem-se como oportunidades de encontro. Hoje, porém, esses espaços são plurifuncionais, tornando-se difícil prever com exatidão qual será seu uso urbano (ALEX, 2008). De qualquer maneira, é ali, na “rua global o espaço emergente onde os que têm menos poder estão fazendo história da sua maneira” (SASSEN, 2013). Esse é mais um ponto que relembra que o espaço público pertence a todos, seja qual for o gênero, faixa etária ou classe social.

Entretanto, devido à falta de interesse e investimento do governo, certos espaços públicos, principalmente na periferia e bairros mais pobres, estão em estado precário de manutenção ou possuem baixa qualidade. Isso afeta o sentimento de pertencimento dessa população à sua cidade, pois encontram nos centros urbanos espaços públicos de qualidade não existentes na sua própria vizinhança. Logo, percebe-se a importância de estender essa qualidade de projeto a toda dimensão urbana e a todo cidadão.

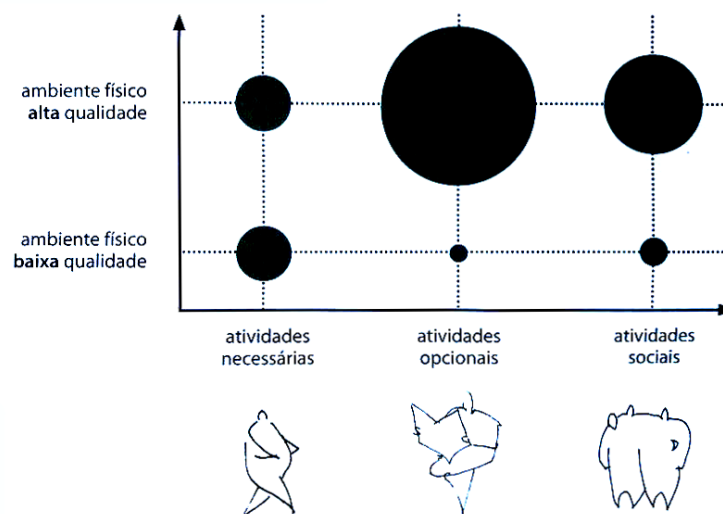
O âmbito dos espaços públicos deve ser tido como uma das prioridades do poder executivo municipal e ser objeto de estudo e aprofundamento por parte dos profissionais ligados à área, pois é reconhecido o valor e influência desses lugares na vida urbana. Eles afetam diretamente a vida dos cidadãos, positivamente ou negativamente:

“Os espaços públicos têm poder. Não é apenas o número de pessoas que os usam, mas o número ainda maior de pessoas que se sentem melhor na sua cidade só por saber que estão nela. Espaços públicos podem mudar como você vive em uma cidade, o que você sente da cidade, se escolhe uma cidade em vez de outra, e o espaço público é uma das razões mais importantes para ficar em uma cidade. Acredito que uma cidade de sucesso é como uma festa incrível. As pessoas ficam nela porque estão se divertindo” (BURDEN, 2014).

Esse cuidado e preocupação com o espaço público resultam em um desejo comum de cidades melhores, o qual parte do princípio de zelar primeiramente pelos seus cidadãos, pois “se percebe o quanto cuidar das pessoas na cidade é fator essencial para a obtenção de cidades mais vivas, mais seguras, sustentáveis e saudáveis” (GEHL ARCHITECTS, 2010).

Diversas atividades podem ser realizadas em espaços livres públicos, como as praças. As atividades desenvolvidas nos espaços públicos abertos são categorizadas por Gehl (2011) como necessárias – aquelas compulsórias como ir à escola, ao trabalho –, opcionais – aquelas em que se há um desejo de fazer e condições agradáveis, como dar uma caminhada, sentar ao sol – e sociais – aquelas que dependem da presença de outros nos espaços públicos, como crianças brincando na rua ou conversar com alguém. Se o ambiente físico possui uma alta qualidade, as atividades opcionais e sociais serão realizadas naturalmente em maior número.

Figura 1: Classificação de atividades realizadas no espaço público e sua relação quanto à qualidade dos ambientes físicos.



Fonte: GEHL, 2013, p. 21.

No caso das praças, deve-se permitir a realização dessas atividades opcionais e sociais, oferecendo uma alta qualidade em seu ambiente físico. As interações sociais nesse tipo de espaço público são frequentes e muitas vezes contribuem para a sensação de segurança dos indivíduos. Contribuem também para aumentar a vivacidade e atratividade da cidade. Uma cidade é memorável não apenas pelo seu espaço público, mas por seus cidadãos e o relacionamento deles entre si e com esse espaço. Dessa forma, são apresentados, a seguir, certos aspectos que auxiliam o arquiteto e urbanista na tarefa de projetar praças como espaços públicos relevantes.

Olhos das ruas

A relação do cidadão com o espaço público é fundamental para um convívio social em equilíbrio. No momento presente, vive-se um sentimento geral e constante de insegurança. Muitos usuários que andam pelo espaço público carregam desconfiança e mantêm um passo apressado para chegar logo em algum lugar seguro, habitado, enquanto que, no conforto de sua casa, o cidadão se protege como pode com muros, alarmes e se possível, morando em um condomínio fechado. Porém, não se percebe que esse fechamento e isolamento estão ligados a problemas muito mais profundos que poderiam ser amenizados através de uma melhora da relação do cidadão com a cidade e seus concidadãos. Diversos profissionais debatem sobre essa fragilidade social que leva à insegurança, que abrange diversos e complexos fatores. No âmbito de arquitetura, urbanismo e paisagismo, pode-se trabalhar com os recursos dessas áreas para minimizar esses conflitos através da conexão de “dois elementos fundamentais à qualidade de vida urbana: a identidade e a coexistência” (LERNER, 2013, p. 12-13). Assim, se houver vínculo do cidadão com o espaço urbano e respeito com seu semelhante, é possível minimizar tais situações problemáticas.

Jane Jacobs (1916-2006) consolidou e divulgou o conceito de “estar na rua” para gerar a sensação de segurança através de sua expressão “olhos da rua”, publicada na década de 1960. Sua obra se tornou referência a partir de observações feitas em sua própria vizinhança, em Nova York, e de um grande conhecimento de causa demonstrado, muitas vezes indignada com a maneira com que os espaços públicos e privados são manipulados. Ela discorre sobre o assunto através de pontos de simples compreensão:

É uma coisa que todos já sabem: uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta não. Mas como é que isso ocorre, na verdade? [...] Primeiro, deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. [...] Segundo, devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. [...] E terceiro, a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas. [...] Não se podem forçar as pessoas a utilizar as ruas sem motivo. Não se podem forçar as pessoas a vigiar ruas que não querem vigiar. [...] A segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de maneira geral, de que estão policiando (JACOBS, 2011, p. 35-36).

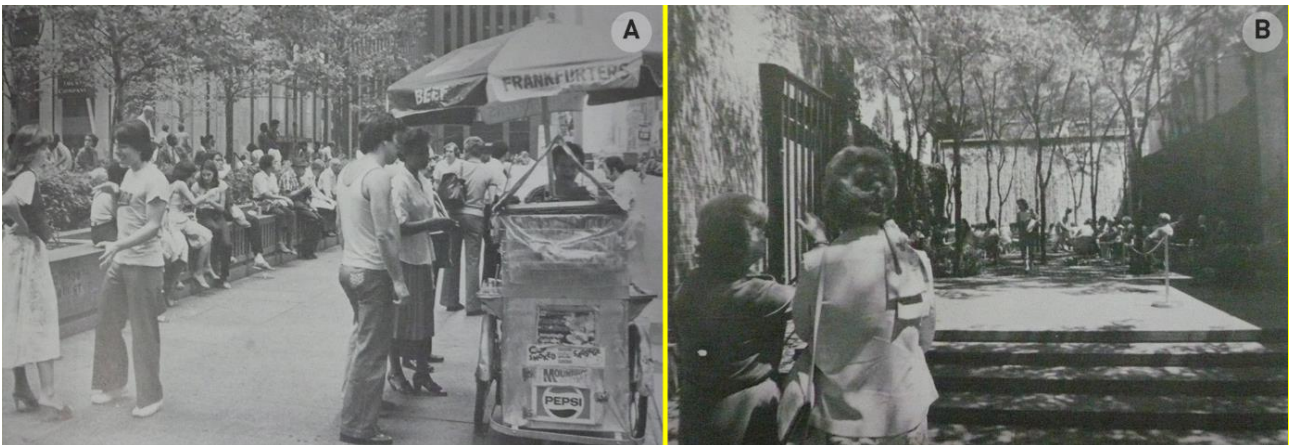
Santoro concorda com Jacobs, ressaltando que é preciso que o usuário se aproprie do espaço público para que tais taxas de criminalidade diminuam: “só teremos segurança quando todos nós estivermos nas ruas, quando elas tiverem vida. Ruas vazias são lugares inóspitos, principalmente para as mulheres, nas quais o medo de um ato violento assombra” (SANTORO, 2013). Gehl também destaca que tal sentimento de segurança “é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, ‘a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada” (GEHL, 2013, p. 91). Uma saída é consolidar o pensamento coletivo de ir às ruas, ocupar praças e parques e atrair cada vez mais usuários para tirarem proveito desses espaços de estar. As praças podem ser utilizadas de diversas formas, tanto para realização de atividades culturais, manifestações artísticas e políticas, comércio formal e informal, ponto de encontro, descanso, lazer e recreação. Os profissionais de arquitetura, urbanismo e paisagismo devem levar em consideração seu caráter múltiplo e pensar seu espaço de maneira que seja possível a realização de tais atividades de maneira flexível, interessante e convidativa.

Estudos prévios sobre a área de intervenção

Sendo o espaço público um campo abrangente e multidisciplinar, vê-se como necessário um estudo prévio que contenha levantamento de dados do local, análise de condicionantes, opinião dos usuários a respeito, entre outros. Del Rio (1990) estabelece quatro categorias de análise do espaço urbano: a) morfologia urbana, ou atributos físicos; b) análise visual; c) percepção do meio ambiente e d) comportamento ambiental. Embora a formulação destas categorias por Del Rio não seja original, a importância de seu trabalho está na estruturação de uma metodologia que permita incorporar o desenho ou projeto ao planejamento urbano, e isso considerando as particularidades das cidades brasileiras (CUSTÓDIO et al., 2013).

Já os estudos de William Whyte (1917-1999), realizados em pequenos espaços públicos de Nova York na década de 1970, ajudam a entender a estrutura básica de praças, seus elementos, usuários e porque algumas áreas públicas funcionam, enquanto outras não (2004). A vida social nessas áreas contribui fundamentalmente para a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Whyte acreditava que temos uma responsabilidade moral para criar espaços físicos que facilitam o engajamento cívico e interação com a comunidade. Seus métodos de análise do comportamento podem ser subdivididos em observação direta ou indireta: os que registram o comportamento na hora das próprias ocorrências e aqueles que o fazem depois, identificando pistas das ocorrências (DEL RIO, 1990).

Figura 2: Uma das esquinas da *Avenue of the Americas*, Nova York dos anos 1980, destacada por sua qualidade de elementos em um espaço público: lugar para sentar, vendedor de lanches e um fluxo pesado de pedestres (A) e relação suave e convidativa do *Paley Park* com a rua (B).



Fonte: WHYTE, 2004.

Suas pesquisas revelaram que “o que mais atrai pessoas são outras pessoas” (WHYTE, 2004, p. 19) e que um espaço vívido e atraente oferece opções para sentar, comer, desfrutar de elementos naturais (sol, vento, árvore e água), e possui uma boa relação com a calçada e a rua. A área onde a rua e a praça ou qualquer espaço aberto se encontram é a chave do sucesso ou fracasso. Idealmente, a transição deve ser tal que seja difícil descrever onde uma termina e onde a outra começa (WHYTE, 1980, p. 57). Outro ponto discutido é a presença de pessoas “indesejáveis” nos espaços públicos, que acaba inibindo o uso por parte de outras. Para Whyte, a melhor forma de encarar esse tema é tornar o espaço atrativo para todas as outras pessoas, corroborando com Gehl, na questão de lançar um convite tentador para que cada vez mais o espaço seja utilizado democraticamente.

Em relação à análise de comportamento ambiental, o estudo Espaço Público-Vida Pública (*Public Space-Public Life*) é uma das principais ferramentas metodológicas do escritório Gehl Architects. O estudo oferece informações estatísticas concretas, ao invés de suposições sobre o que realmente está acontecendo (GEHL; SVARRE, 2013). Muito tempo é demandado para sua realização, pois é consenso da equipe a seriedade e importância desse trabalho. Ele fornece embasamento e contextualização sobre a área, guia as diretrizes de projeto, serve como justificativa de toda a proposta e ainda proporciona no futuro outras análises comparativas após a realização da obra.

Segundo Gehl e Svarre, “mesmo se o que está sendo medido é tangível – registros aqui-e-agora de onde, quando e quantas pessoas estão na cidade e o que elas estão fazendo – o objetivo a longo prazo dos estudos Espaço Público-Vida Pública é sempre fazer das pessoas a parte mais visível do planejamento” (GEHL; SVARRE, 2013). Essa estratégia considera o ser humano antes da infraestrutura urbana, edificações,

pavimentações e demais elementos. De forma simples e prática, alguns dos métodos do levantamento são: contar pessoas, mapear atividades (mapas de comportamento), desenhar fluxos, seguir (discretamente ou com a permissão do indivíduo), fotografar, manter um diário, entre outros. Os clientes variam de prefeitos, administradores municipais, ONGs, desenvolvedores a organizações públicas e privadas. Os estudos, em sua maioria, são gerados para servir de subsídio a projetos-piloto de transformação do espaço público em questão e na avaliação do impacto pós-ocupação. Outra forma de realizar esses estudos é através de processos participativos, em que a população se envolve e opina sobre o projeto, ressaltando seus condicionantes, deficiências e potencialidades. Essa ferramenta contribui para a democratização do processo de planejamento através do envolvimento popular para se atingir um objetivo comum. Dessa forma, os profissionais da área podem tomar suas decisões com maior ciência das reais necessidades e expectativas da população.

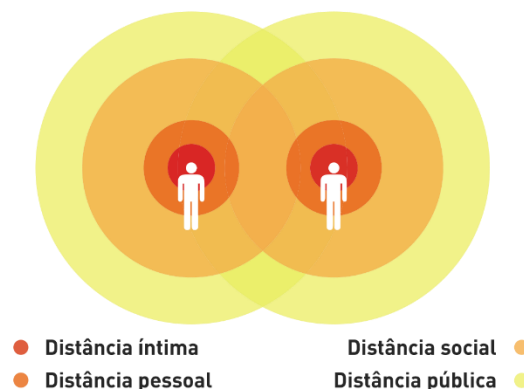
Interações sociais

Pessoas se comportam semelhantemente aos animais: elas possuem uma demarcação invisível quanto à sua esfera de privacidade. A distância entre eles depende da relação que possuem, ou seja, aqueles que são mais dignos de confiança podem ultrapassar mais facilmente essa barreira invisível. O antropologista americano Edward Hall (1914-2009) foi o pioneiro no estudo da influência do espaço nas relações interpessoais. Sua Teoria Proxêmica (1966) diz que “a utilização do espaço é determinada culturalmente e a percepção da distância e a proximidade são resultados dos sistemas sensoriais (visual, auditivo, olfativo, tato). Em diferentes culturas, os canais sensoriais adquirem mais importância do que outros” (SAWADA, 2000).

A Teoria Proxêmica de Hall identificou quatro categorias de distâncias nos relacionamentos interpessoais:

- Distância íntima – até 0,30 m, reservada para casais e familiares próximos;
- Distância pessoal – 0,30 a 1,20 m, para familiares, bons amigos e colegas;
- Distância social – 1,20 a 3,50 m, para conhecidos;
- Distância pública – mais de 3,50 m, para falar em público a desconhecidos.

Figura 3: Representação esquemática das quatro categorias de distâncias entre indivíduos.



Fonte: Adaptada de PARENTE, 2014.

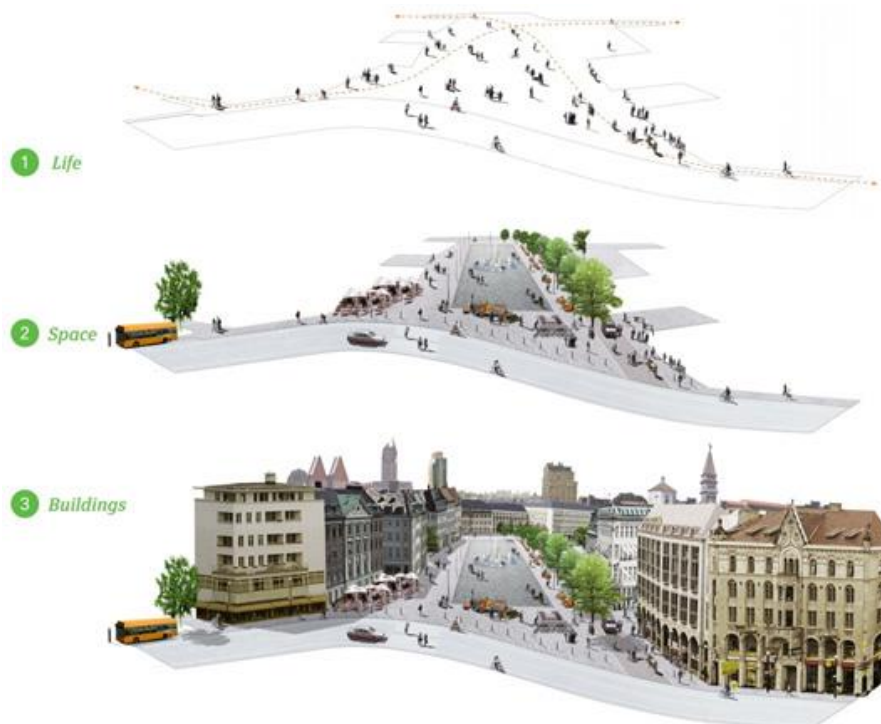
Em espaços públicos, os usuários muitas vezes consentem em compartilhar equipamentos coletivos, permitindo a “invasão” da distância social por desconhecidos. Um exemplo é quando um banco de praça já está ocupado e outra pessoa chega para se sentar na outra extremidade. Os espaços livres são ótimos geradores de oportunidades de interação social e o fortalecimento dessas interações entre os cidadãos colabora para o aumento da coletividade na cidade como espaço democrático. A convivência harmônica de pessoas de diferentes gênero, idade e classe social nesses locais, contribui para a segurança, fortalece a cidadania e convida mais usuários a se juntarem a eles. As distâncias íntima e pessoal devem ser respeitadas conforme a permissão da pessoa, mas promover interação em equipamentos públicos de diferentes escalas poderia ser uma premissa de projeto urbanos para fortalecer as relações sociais e tornar o espaço mais vívido.

Escala humana

Entre as diversas reflexões sobre os espaços públicos, o conceito da valorização da escala humana em todos os níveis de projeto proposto por Jan Gehl é uma das ideias que traz grandes benefícios. Segundo ele, “inicialmente nós moldamos as cidades – depois elas nos moldam”. Desse modo, “quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas” (GEHL, 2013, p. 13). Seus anos de pesquisa em campo, em sala de aula como professor da Academia Real de Belas Artes da Dinamarca e, posteriormente, na prática, com o escritório Gehl Architects, tem influenciado diversas cidades do mundo através de projetos de espaços públicos revitalizados e humanizados. Suas reflexões indicam a arquitetura que se preocupa com a escala humana como uma arquitetura bem-sucedida (GEHL, 2011).

Um de seus métodos de projeto utilizado é a realização do estudo do bem-estar das pessoas a fim de estabelecer a base para a formação do planejamento estratégico e trabalho de design, que define a seguinte ordem de prioridades: primeiro **vida**, seguido por **espaço** e por último **edifícios**. A chave do planejamento é colocar a prioridade nas pessoas, suas necessidades e comportamento.

Figura 4: Camadas ilustrativas das etapas de planejamento de espaços públicos que define primeiramente Vida como prioridade, seguida por Espaços e então Edifícios.



Fonte: Gehl Architects, 2010.

Pedestres se deslocam com uma velocidade média de 4 a 5 km/h e assim podem observar a paisagem e todos seus componentes com maior clareza. Um bom projeto urbano de espaço público deve possuir boa qualidade ao nível dos olhos, para promover a percepção de detalhes por parte dos usuários. Grandes distâncias a serem percorridas a pé, enormes vazios e detalhes acima do nível dos olhos não atendem à escala humana do pedestre. O térreo é o local mais favorecido para articular relações entre cidadão e cidade, pois é ali que há melhor comunicação dos usuários com o entorno, algo que fica dificultado a partir do terceiro andar (GEHL, 2013). Dessa forma, os elementos das praças vêm a fortalecer essa relação, pois se apresentam diretamente no nível dos pedestres.

Figura 5: Exemplos de fachada ao nível da rua com detalhes proporcionais à escala humana e chamativos (A), e exemplo com espaços amplos, grandes placas, sem detalhes e poucos atrativos aos pedestres (B).



Fonte: GEHL, 2013.

O planejamento urbano deve se preocupar com o todo, porém, deve também dar atenção especial aos detalhes, aos elementos mais próximos do usuário. As necessidades mais simples de interação social devem ser consideradas, por isso, os detalhes dos locais de estar, descanso ou passagem precisam ser de qualidade, contando com distâncias viáveis de serem percorridas no espaço aberto e mobiliário condizente com a escala humana. Deve-se propor áreas de estar e permanência qualificadas que ofereçam diversas possibilidades ao usuário: caminhar, parar, sentar-se, olhar, ouvir e falar, a fim de facilitar a sociabilização dos usuários na praça. É preciso harmonizar o espaço urbano aos sentidos humanos.

Após a reflexão sobre as questões trazidas por cada autor aqui referenciado, percebe-se que há aspectos diversos e multidisciplinares que devem ser levados em consideração pelo arquiteto, urbanista e paisagista no exercício de projeto de praças. Ainda que não seja possível obrigar as pessoas a ocupar os espaços públicos ou forçar que haja os “olhos da rua” como ressalta Jacobs, deve-se propor elementos que tornem as praças convidativas, de modo que essa ocupação aconteça naturalmente. Assim, com os usuários desfrutando dos espaços, conseqüentemente outros virão às ruas, partindo da premissa de Whyte que pessoas são atraídas por mais pessoas. As diretrizes de projeto devem levar em consideração um estudo prévio sobre o funcionamento e dinâmica do espaço livre, através de metodologias de análise, processos participativos com a população ou outras formas de estudos prévios que delineiem o perfil do espaço e definam quais estratégias serão utilizadas para alcançar o bem comum. Os detalhes referentes à escala humana, conforme sugere Gehl, e que propiciem interações sociais naturais, baseado na teoria de Hall, devem constar no projeto, para que o novo espaço ou a área a ser revitalizada consiga agregar tais aspectos para que seja um espaço de encontro atrativo para os cidadãos. Dessa forma, o projeto de um espaço urbano de qualidade deve levar em consideração aspectos funcionais, porém sem desconsiderar os aspectos estéticos. As condições básicas de segurança, clima e conforto, aliadas à qualidade visual, podem resultar em espaços de qualidade e em um *design* urbano que instiga os sentidos, para que se tenha uma cidade mais viva e harmônica.

3 ESTUDO DE CASO: REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA NO CENTRO DE SÃO PAULO

A seguir, é exemplificado um estudo de caso de revitalização de um dos espaços públicos já existentes do centro da cidade São Paulo, cujo projeto agregou os aspectos estudados anteriormente. Dessa maneira, uma praça com pouca vivacidade e atratividade pode se tornar um local mais dinâmico e diversificado a partir da aplicação de tais aspectos pelos profissionais de arquitetura, urbanismo e paisagismo.

O projeto Centro Aberto¹ foi uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo e parceiros para requalificar as áreas públicas do centro da maior cidade da América do Sul. O objetivo não era construir novos espaços, mas sim transformar as estruturas preexistentes, pois se parte do princípio que o resgate dos espaços públicos passa mais pela renovação das formas de usos do que pela materialidade do espaço.

A ação reuniu entidades da sociedade, arquitetos, urbanistas, estudantes e diversos órgãos da administração municipal através de um processo colaborativo e participativo, para que fossem debatidas e propostas sugestões para os espaços livres públicos do Centro. O processo iniciou em 2013, com uma série de *workshops* e consultoria metodológica do escritório Gehl Architects. Dessa maneira, foram identificadas as fragilidades e potencialidades de determinadas áreas no centro. A partir dessa discussão, foram elaborados

quatro projetos-piloto para serem testados pelo uso efetivo e ativo da população: rua 25 de Março, Pátio do Colégio, Largo São Francisco e Largo Paissandu, sendo esses dois últimos implantados no final de 2014. Os projetos de intervenção consistiriam em estruturas temporárias de dois meses, como forma de testar novas soluções em escala real antes de fazer alterações permanentes, pois nova metodologia de análise seria aplicada posteriormente para avaliar o período de teste.

Figura 6: Participantes do workshop expondo problemáticas e potencialidades das áreas livres do centro de São Paulo (A) e envolvimento dos cidadãos na rua no processo metodológico de análise (B).



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014 (A) e Gehl Architects, 2014 (B).

O projeto-piloto do Largo São Francisco, no centro de São Paulo, serviu como um estudo de caso que exemplifica alguns dos aspectos estudados previamente sendo aplicados na revitalização do espaço. O projeto foi realizado pelo escritório METRO Arquitetos Associados, a partir da leitura de potencialidades feita anteriormente pelo poder público, consultores técnicos e cidadãos, resultado do Processo Participativo com a população e estudos prévios de análise da área. A obra teve início em maio de 2014, sendo finalizada em setembro do mesmo ano (SOBRAL; FINOTTI, 2014).

Figura 7: Antes e depois da proposição de intervenção no Largo São Francisco.

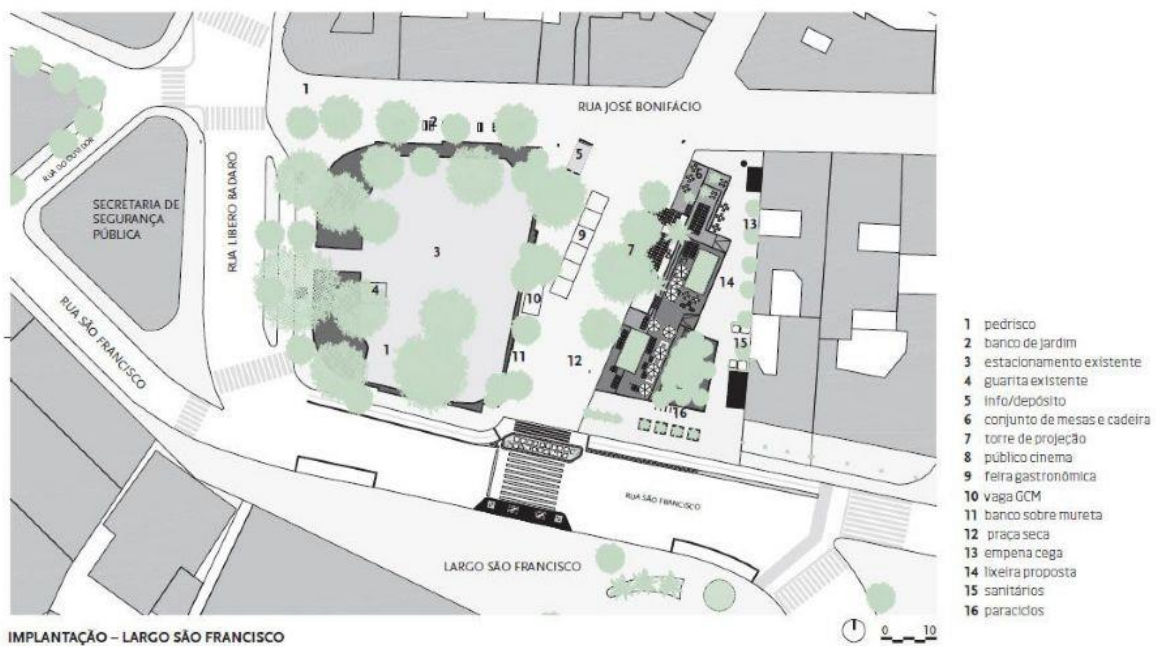


Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014.

O Largo São Francisco está situado junto à Praça Ouvidor Pacheco e Silva, em frente à Faculdade de Direito da USP, com a rua adjacente São Francisco, culminando em seguida na Praça da Sé. Como em seu entorno se concentram órgãos públicos e prédios comerciais, o movimento se dá principalmente no período diurno, ficando a área à noite com aspecto de abandonada.

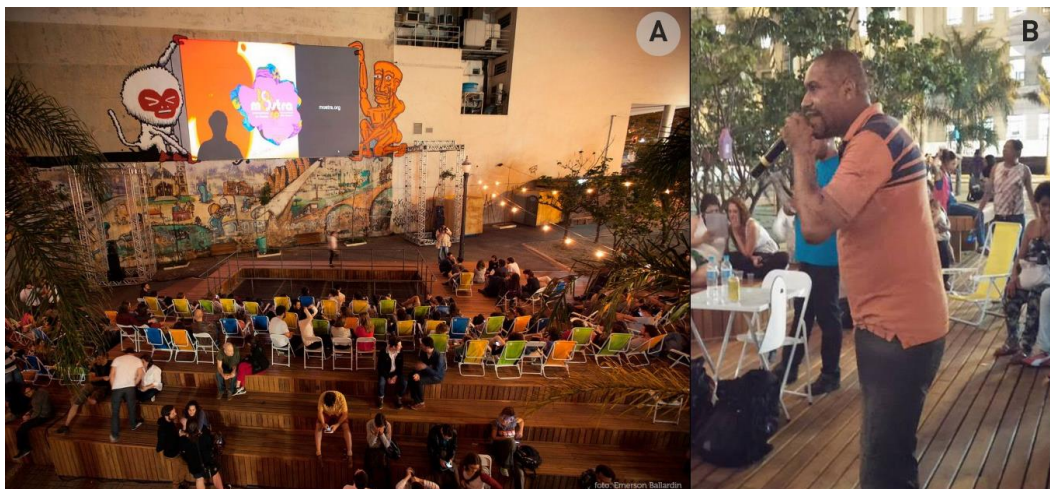
O elemento principal da proposta foi a criação de um deck em níveis envolvendo uma área anteriormente cercada que servia para a manutenção dos respiros do metrô. Esse deck visou à concentração de pessoas e atividades para incentivar a permanência na área, propiciando inconscientemente interações sociais entre os usuários, a partir do respeito do espaço particular de cada um, conforme sugere a teoria de Hall. O projeto-piloto dispôs guarda-sóis, cadeiras de praia e aproveitou uma das fachadas cegas de um edifício próximo para criar ali uma tela de projeção de cinema. Foi também locado um container do Centro Aberto, que serviu de ponto de informações e depósito para as estruturas temporárias ao fim do dia. Foram realizadas atividades culturais para estimular o uso do local, como cinema ao ar livre, karaokê na praça, feiras gastronômicas, shows e apresentações artísticas, tornando o espaço mais vívido, como indicam Jacobs, Whyte e Gehl.

Figura 8: Planta de implantação do Largo São Francisco.



Fonte: SOBRAL; FINOTTI, 2014.

Figura 9: Exibição na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo (A) e apresentações de karaokê na praça (B).



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014.

Figura 10: Interface da área com a Rua São Francisco e o prédio da Faculdade de Direito ao fundo (A), mobiliário de bancos e mesas na mesma linguagem do deck, com pontos de aluguel de bicicleta atrás (B), tomadas 100 V disponíveis no deck (C) e utilização do espaço livre por crianças jogando futebol (D).



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Houve a setorização natural dos espaços no largo: a área mais calma, passiva, de permanência corresponde ao deck de madeira em níveis e a área mais movimentada, ativa, de passagem, à área livre lateral. Uma linha de espécies arbóreas pré-existentes foi mantida de modo a formar um corredor entre as duas áreas. Ao projeto, foi aliada a iniciativa Praças Digitais, que utiliza a inovação tecnológica para incentivar a permanência nos espaços públicos. Dessa forma, o largo conta com internet sem fio liberada e tomadas embutidas nos decks para recarga de aparelhos eletrônicos, uma característica atraente em espaços abertos.

Além das cadeiras de praia e do deck em níveis, outros elementos também aparecem na proposta. Paraciclos e pontos de aluguel de bicicleta foram localizados próximos a um dos acessos do largo e uma mesa de pingue-pongue também aparece como opção de lazer e recreação. Barracas de feiras itinerantes podem ocupar a área livre ao lado do deck para suas exposições. Tais detalhes traduzem de forma simples a atenção dada à escala humana em diversos níveis do projeto, assim como a relevância de terem sido feitos estudos de análise da área e de seu entorno antes de chegar ao resultado final. Dessa forma, a praça promove interações sociais entre seus usuários e se torna um espaço público ainda mais relevante no centro da cidade.

Passar um tempo no Largo São Francisco se torna uma experiência prazerosa, pois ele se apresenta como uma praça com escala de cidade pequena, mesmo localizada no centro de São Paulo. Há crianças brincando livremente e famílias reunidas. As pessoas têm aproveitado a oportunidade que o lugar proporciona e estão ali usufruindo do espaço público e suas variadas opções. Essa gama de oportunidades de atividades em uma área não muito ampla e composta por recursos simples se destaca como ponto positivo da proposta. É notável também que uma das interfaces do largo confronta uma rua movimentada, entretanto a outra face se integra a uma rua comercial exclusiva para pedestres. Essa continuidade permite que ainda mais usuários passem e por ali permaneçam. Policiais estão a postos no local para promover a segurança, porém, esta se dá inconscientemente, através da existência de vários “olhos da rua” que têm utilizado o espaço. O Largo São Francisco se mostrou um exemplo efetivo de projeto com aplicações dos aspectos que visam tornar os espaços livres públicos mais atraentes e vívidos nas cidades brasileiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função da praça como local de permanência que promove encontro e relações sociais deve ser fortalecida em todas as cidades. A qualificação dos espaços públicos é refletida no fortalecimento das interações entre os cidadãos e seu contexto urbano.

Percebe-se a relevância desse espaço nas cidades e a seriedade com que se deve ser tratada a oportunidade de trabalhar em projetos de novas praças ou revitalizações. Além de subsídios técnicos, as propostas precisam de informações sobre o público alvo para evitar projetos inconsistentes que fujam das reais necessidades da comunidade. Também a falta de gestão e manutenção podem dificultar o bom funcionamento das praças, sendo preciso incentivo do poder público e engajamento comunitário para que as funções desses espaços sigam operando positivamente nas cidades.

A problemática dos espaços públicos das cidades brasileiras como um todo traz questões recorrentes, como a sensação constante de insegurança e falta de manutenção do patrimônio público, o que resulta na baixa utilização desses espaços. Muitas vezes a consolidação de um projeto que revitalize a área, fortaleça a identidade local e leve à apropriação (e conseqüentemente, conservação) do local pelos usuários já serve como uma ferramenta efetiva para amenizar tais infortúnios, como pode se observar no caso do Largo São Francisco. Percebe-se, nesse estudo de caso, a relevância dos aspectos estudados previamente, os quais foram levados em consideração no momento de concepção do projeto de revitalização. Pode-se citar a realização de estudos prévios com envolvimento da população e dos profissionais de arquitetura, urbanismo e paisagismo, assim como os detalhes de projeto que contemplaram a atenção ao usuário na menor escala, possibilitaram interações sociais e voltaram as atenções às ruas, de modo que as pessoas as ocupassem voluntariamente. Não apenas em praças, porém nos mais diversos espaços livres públicos como calçadas e parques, essas ideias podem ser aplicadas com intuito de tornar os ambientes urbanos mais vívidos, seguros e propícios ao encontro entre cidadãos.

4 REFERÊNCIAS

- ALEX, S. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2008.
- BRASIL. Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979. *Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências*. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em 13 de abril de 2019.
- BURDEN, A. *Como os espaços públicos fazem as cidades funcionarem*. 2014. Palestra ministrada no TED em mar. 2014. Disponível em https://www.ted.com/talks/amanda_burden_how_public_spaces_make_cities_work. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.
- CUSTODIO, V. et al. Sistemas de espaços livres e forma urbana: algumas reflexões. In: XV ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. XV ENANPUR. Recife: ANPUR / UFPE, 2013.
- DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Editora PINI, 1990. Disponível em https://issuu.com/guilhermefraga/docs/introducao_ao_desenho_urbano_-_del_rio_vicente_o. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.
- GEHL ARCHITECTS. *São Paulo Pilot Projects*. 2014. Disponível em http://issuu.com/gehlarchitects/docs/issuu_1453_saopaulo_pilot_projects_/0. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.
- GEHL ARCHITECTS. *This is who we are: A good city is a city where the human dimension in city planning is looked well after*. 2010. Disponível em http://chennaicityconnect.com/wp-content/uploads/2010/08/091027_company_profile_ENG.pdf. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, J. *Life between buildings: using public space*. 6th ed., Washington D.C.: Island Press, 2011.
- GEHL, J.; SVARRE, B. *How to study public life*. Washington D.C.: Island Press, 2013.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LERNER, J. Prólogo à Edição Brasileira. In: GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- PARENTE, D. Das Fahrrad als Gestalter der Stadt: die Rolle des Fahrrads in den infrastrukturellen Veränderungen in den urbanen Zentren. In: *Metropol.x*. Karlsruhe: Karlsruher Institut für Technologie, 2014.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Centro Aberto*. Gestão Urbana. São Paulo, 2014. Disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-aberto>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

SASSEN, S.; CASTRO, L. G. R. de; SANTORO, P. O que é espaço público? In: *Revista aU*. São Paulo: Editora PINI, ano 28, n. 232, jul. 2013. Disponível em <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

SAWADA, N. O. et al. ANÁLISE DOS FATORES PROXÊMICOS NA COMUNICAÇÃO COM O PACIENTE LARINGECTOMIZADO. In: *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692000000400011&script=sci_abstract&tling=pt. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

SCHLEE, M. B. et al. Sistema de Espaços Livres nas cidades brasileiras – Um debate conceitual. In: *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 26, p. 225-247, 2009.

SOBRAL, L.; FINOTTI, L. Pouca matéria, muita mudança. In: *Revista aU*. São Paulo: Editora PINI, ano 29, n. 248, nov. 2014, p. 62-69.

WHYTE, W. *The Social Life of Small Urban Spaces*. 3rd ed., New York: Project for Public Spaces, 2004.

NOTAS

¹ Os projetos do Centro Aberto tiveram papel de articular políticas públicas municipais voltadas para os espaços públicos. Neles convergiram ações de diversos órgãos municipais, como o WiFi Livre Sp e a renovação da iluminação pública, o incentivo à presença de artistas de rua e comida de rua, assim como a rede de bicicletas compartilhadas e a instalação de paraciclos. Os primeiros projetos do Centro Aberto foram implantados em caráter de experimentação, como projetos piloto.

NOTA DO EDITOR (*) O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).